

Trabalho e Natureza na Amazônia

Giuseppe Cocco



Problematizar a mobilização produtiva da Amazônia tendo em vista o processo de globalização e a dinâmica mais geral do capitalismo contemporâneo parece uma operação voltada ao fracasso. Quando associamos as reflexões sobre os quebra cabeça do crescimento e do desenvolvimento na Amazônia, logo nós deparamos com uma série de questões que parecem sem resposta.

Como inserir a situação social e econômica de um território que ainda lida com as questões básicas do desenvolvimento dentro de uma globalização alimentada por um regime de acumulação capitalista cada vez mais baseado no conhecimento e na circulação? Será que faz sentido discutir as transformações do trabalho que estão na base da emergência do que podemos chamar de "capitalismo cognitivo" em uma situação o capitalismo industrial nunca chegou, nem de longe, a ocupar o horizonte? O encolhimento, cada vez mais dramático e irreversível, da correlação entre trabalho e emprego constitui o futuro do trabalho também nos territórios que nunca conheceram o desenvolvimento da relação salarial? Enfim, os enigmas do subdesenvolvimento e do crescimento que caracterizam o Brasil e que na Amazônia encontram suas maiores expressões, justificam ou não a sobrevida de uma perspectiva de desenvolvimento atrelada ao crescimento da indústria e, com ela, da relação salarial? É pela especificidade amazonense que poderíamos reafirmar que - no Brasil - pode e deve insistir em uma trajetória neo-industrial diante de um capitalismo pós-industrial?

Trata-se de questões que surgem quase que espontaneamente diante dos gritantes desníveis de desenvolvimento que caracterizam a região dentro dos contextos nacional e global. Porém essa espontaneidade dá mais conta de uma determinada visão, bastante ideológica e linear, dos determinantes do desenvolvimento do que dos desafios atuais para se pensar a mobilização produtiva dos territórios. Ao contrário, nós pensamos que a globalização insere o Brasil diretamente no front das tendências mais avançadas. No âmbito desse deslocamento que não respeita nenhum estágio "progressivo", nenhuma linearidade, a Amazônia se constitui, paradoxalmente, como "o" território que mais está - desde já - atravessado por temas locais e globais ao mesmo tempo. Por dramáticos que possam aparecer

seus impactos e suas conseqüências, a virada pós-industrial do capitalismo das redes pode se constituir em um novo leque de oportunidades para o Brasil e especialmente para a Amazônia. De toda maneira, essa virada define um campo material de enfrentamento que é, ao mesmo tempo, novo e inevitável.

Ora, o enfrentamento e os desafios que definem esse novo "campo" fogem de vez das tradicionais clivagens e solapam qualquer possibilidade de se pensar os embates do desenvolvimento dentro de um horizonte linear e de seus estágios de "progresso". Isso pode aparecer dramático, pois desmonta-se dessa maneira a ilusão de que a emancipação passaria por um processo de industrialização independente que permitiria ao Brasil de alcançar o "pleno emprego" e, com ele e graça a ele, padrões de consumo comparáveis aos das economias centrais. Mas, trata-se de uma mera ilusão, pois o capitalismo contemporâneo associa dois tratos fundamentais: o **esgotamento do "pleno emprego"** e a **obsolescência da própria clivagem que separava o centro da periferia e desenhava as linhas da divisão internacional do trabalho**. A esses dois tratos junta-se um outro elemento inovador, o que diz respeito à **crise do sentido da própria noção de "crescimento"**.

No que diz respeito a **miragem do "pleno emprego"**, ficou claro que não se trata mais de uma questão determinada pela insuficiência dos níveis de crescimento. Pelo contrário, quanto mais uma determinada economia se moderniza, quanto mais ela aprofunda a fragmentação da relação salarial. A questão "social" não é o fato de uma exclusão crescente - o desemprego - mas de um modo de inclusão - no trabalho - que não contem mais os elementos de integração social que caracterizavam o emprego fordista. O que está desaparecendo não é o emprego e ainda menos o trabalho, mas um determinado estatuto do emprego, uma determinada forma da relação salarial. Isso significa que - mesmo que o Brasil consiga (como deve) alcançar um determinado ritmo de crescimento - isso não se traduzirá automaticamente em um maior patamar de "integração" social. Sendo que esse leque, mais ou menos importante, entre crescimento econômico e "integração social" é determinado ao mesmo tempo, pela especificidade brasileira (altíssimos níveis de concentração da renda, precariedade das conquistas democráticas, "inferiorização" racista de parte expressiva da população) e pela generalidade dos moldes cada vez mais precários de mobilização das forças de trabalho que caracterizam o capitalismo contemporâneo: multiplicação dos contratos de duração determinada,

intermitente, precária; inferiorização dos trabalhadores imigrantes; desmonte dos sistemas de proteção social. O horizonte da integração pelo "emprego" desmancha no ar, pois a própria estrutura precária e informal do emprego no Brasil tornou-se, pelo avesso, o horizonte ameaçador nos territórios que conheceram a relação salarial da era fordista.

Isso nós leva diretamente para a **obsolescência da clivagem centro-periferia** que era típica da era fordista. Não apenas o Brasil não encontrará mais a "salvação" em função de sua capacidade de se tornar "mundo" de maneira independente (e soberana), mas o "mundo" é que está se tornando Brasil. Um horizonte se fecha. Alcançar um outro (e urgente) patamar de crescimento não é suficiente. Já não o foi na época do milagre, quando a entrada do Brasil na era da industrialização foi acompanhada por um brutal aprofundamento da desigualdade. Ainda menos o será hoje em dia. Apesar de tudo, o "milagre" autoritário desabou diante da ofensiva operária do ABC paulista. A tímida e corporativa abertura democrática foi atropelada pela radicalização democrática conduzida por um longo ciclo de movimento que se articulou em rede a partir do novo sindicalismo paulista, atravessando todos os setores do proletariado e expandindo-se em todas as regiões do país. Hoje em dia, a precarização da relação salarial avança pelo centro e pelas bordas ao mesmo tempo: ela associa a informalidade metropolitana ao subemprego - e até à escravidão - das regiões mais periféricas e essas à multiplicação dos estatuto do emprego formal, inclusive industrial. Assim, uma dramática linha de continuidade junta entre eles o trabalho escravo das industriais da cadeia do ferro-gusa do Pará aos exércitos do trabalho informal de todas as regiões metropolitanas, passando pelo trabalho cada vez mais fragmentado das indústrias automotivas, nos moldes do consórcio modular da Volkswagen de Resende, onde uma única linha de montagem mobiliza uma mão-de-obra organizada em "módulos": empregada pelas empresas fornecedoras dos mesmos. No capitalismo globalizado, o centro pode estar na periferia ao passo que a periferia pode estar no centro. Logo, é essa clivagem que não faz mais sentido: indo para o centro (por exemplo visando a modernização de um determinado setor) podemos acabar encontrando a periferia, procurando mais soberania, podemos acabar aprofundando a dependência.

Chegamos assim ao terceiro elemento de deslocamento, a **crise da própria noção de "crescimento"**. O embate atual, no início do segundo mandato do presidente Lula, não poderia

ser mais apropriado para exemplificar os termos dessa "crise". Ao longo de todos os 4 anos do primeiro mandato (2002-2006), o governo Lula tem sido cobrado, interna e externamente, em função de sua política econômica "tímida". As críticas podiam variar entre os que - pela esquerda - o acusaram de não romper suficientemente com o modelo neoliberal e os que - pela direita - o acusaram de não souber aproveitar as oportunidades oferecidas por uma economia global particularmente favorável. Contudo, essas duas linhas de crítica convergiam (e convergem) em colocar a política econômica no cerne de uma real mudança de modelo e em qualificar a efetividade do "novo" modelo em função do fato de proporcionar ou não um maior ritmo de crescimento. Assim, logo depois de sua re-eleição, o presidente Lula anunciava o lançamento de um Plano de Aceleração do Crescimento. O PAC devia, pois, ser a resposta consensual a essas grandes críticas. Mas isso não foi o caso. Rapidamente, um novo conflito emergiu. Dessa vez não é mais o Ministro Palocci (da Fazenda) e suas rígidas políticas monetárias o grande obstáculo ao crescimento. A Casa Civil hoje enfrenta a resistência do ministério do meio ambiente, na figura militante da Ministra Marina. Mais uma vez, a contradição não está apenas fora do governo, mas o atravessa e, gerando impasses complexos, coloca em xeque a própria noção de crescimento. Se setores do governo afirmam que a solução estaria em substituir o "não fazer" pelo "como fazer", fica evidente que a questão que fica sem uma resposta definida é na realidade aquela que se fórmula da maneira seguinte "o que fazer?"¹.

Voltamos agora esses **três elementos** de crise e transformação e veremos que se, por um lado, eles podem se afirmar como renovação dramática dos tradicionais bloqueios que "travam" o desenvolvimento do Brasil, pelo outro, eles

¹ "Crescer" significa o que? Lenine, em uma de suas fórmulas mais contundentes, tinha definido o socialismo como sendo "soviets mais eletricidade e taylorismo". Em uma crítica ao desenvolvimentismo da Casa Civil, Viveiros de Castro (*Azougue*, n 11) ironiza sobre o fato que nos discursos e projetos da Ministra Dilma, somente sobrou - da fórmula leninista - a eletricidade. Podemos facilmente compartilhar essa crítica, mas com uma ressalva: no mundo de hoje, os "soviets" (ou seja a democracia) e o "taylorismo" (os métodos de organização do processo de trabalho) já não existem independentemente. Organizar a produção e organizar as lutas (a democracia é a mesma coisa). Mesmo que isso não esteja presente na retórica desenvolvimentista imposta pelo "capital nacional" e pela tradicional cultura de esquerda, a relação entre democracia e desenvolvimento deve e pode ser avaliada no conjunto das iniciativas e das políticas que envolvem o governo.

acabam colocando o Brasil no cerne das mudanças atuais e a Amazônia no cerne desse deslocamento.

A Amazônia está no cerne, pois ela contém - mesmo que de maneira paradoxal - todos os elementos complexos que definem (ou "indefinem") os modos (possíveis) de inserção do Brasil no capitalismo globalizado das redes. Em particular, o debate sobre desenvolvimento na e da Amazônia nós leva imediatamente às questões dos **limites do crescimento** que já o Clube de Roma pretendia definir e que, hoje em dia, são atualizadas e dramatizadas pela agenda do aquecimento global. Setores consistentes do movimento ecologista global já defendem, por exemplo, a necessidade de uma radicalização no sentido de substituir os temas do crescimento pelos do "de-crescimento". Os desdobramentos desses embates são evidentes. Podemos dizer que eles já estão embutidos nas polemicas atuais sobre as usinas hidroelétricas (do Rio Madeira e), sobre o projeto de expansão dos bio-combustíveis que abre uma nova frente para um agro-negócio que, com a expansão da soja, se tornou um dos novos fatores do desmatamento da floresta e de uso predatório da terra. E tudo isso acontece ao mesmo tempo que a biodiversidade transformou-se em um dos mais importantes recursos produtivos para um capitalismo cada vez mais atrelado à mobilização - na produção e no consumo de conhecimento - da vida como um todo. É evidente que as discussões sobre os rumos e os modelos de desenvolvimento da Amazônia são impactadas pelo debate global ao passo que elas mesmas têm um impacto global. É na Amazônia (ou com referência a ela) que se travam - e cada vez mais se travarão - as lutas para uma redefinição da **relação entre homem e natureza**. Desde já sabemos que o ponto de vista herdado da civilização industrial, o ponto de vista ocidental, não dá mais conta dessa relação e que, para avançar, são as próprias **noções de natureza e de homem** que precisamos reformular.

A Amazônia está, pois, no cerne do debate global e, de repente, isso dá um sentido completamente diferente à **crise da relação centro-periferia** e a seus desdobramentos em termos de crise da soberania e redesenho da divisão internacional do trabalho. É na antropologia que encontramos as contribuições mais interessantes e uma série de antecipações extremamente atuais sobre a Amazônia. Já em 1992, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro afirmava: "*O terceiro mundo já é, porque sempre foi, parte do primeiro mundo, e está em toda parte. Atravessamos o século XX com a cabeça do século XIX; o choque do futuro promete ser duro*

para todos"². No espaço dessa soberania sem lugar, "a grande questão de nosso tempo, (ou seja) o conflito de interesses entre Estados nacionais, radicaliza Viveiros de Castro em sentido nitidamente Clastreano³, deve compor com um outro confronto, que o atravessa transversal e transnacionalmente, no Brasil e no exterior: a sociedade contra o Estado"⁴. Contrariamente às tentações reacionárias - promovidas pelos "resquícios de desenvolvimentismo modernizador"⁵ - de re-fundar, em face dessa "ameaça", um projeto nacional de "exploração" da Amazônia (cf Jaguaribe), a emergência de uma soberania supranacional, "imperial" diriam Negri e Hardt, define-se como um horizonte aberto e denso de contradições novíssimas⁶. Ainda mais, é a própria questão da "dependência" e a perspectiva terceiro-mundista que se encontram deslocadas, no sentido que não dão mais conta - se já deram - dos impasses do desenvolvimento. Não é mais a relação de dominação exógena a funcionar como chave interpretativa das desigualdades. Precisamos apreender suas dinâmicas endógenas⁷. Nos termos de Eduardo, "urge desmontar a máquina do colonialismo interno que trata os povos indígenas como obstáculos à padronização da nacionalidade e usa a Amazônia como válvula de segurança de uma estrutura agrária iníqua"⁸.

Isso nos leva às questões da mobilização produtiva diante do **esgotamento da relação salarial** e, pois, da inconsistência da relação entre trabalho e emprego. Com efeito, no caso do Brasil como um todo e da Amazônia em particular, esse esgotamento não diz respeito ao presente, mas aos projetos (nacionais) de "futuro". É um determinado horizonte de "integração" social atrelada à conquista do nível de "pleno emprego"⁹ que deveria ter tido como alavanca um crescimento industrial soberano: um horizonte que transformaria - por exemplo - a Amazônia em uma enorme "zona franca", nos moldes da de Manaus! A melhor maneira para se apreender essa mudança, é a discussão sobre a "**exclusão**". A literatura sociológica dos últimos 10 anos

² "Prefácio" a Ricardo Arnt e Stephan Schartzman, *Um Artífício Orgânico. Transição na Amazônia e ambientalismo*, Cit., .16

³ Pierre Clastres, *A Sociedade contra o Estado*, Cosac e Naify, São Paulo

⁴ Ibid., p.19

⁵ Eduardo Viveiros de Castro, Cit. p. 17.

⁶ Antonio Negri e Michael Hardt, *Empire*, Harvard, 1999.

⁷ Permito-me de citar Antonio Negri e Giuseppe Cocco, *GlobalAL: Biopoder e Luta em um América Latina Globalizada*, Record, Rio de Janeiro, 2005.

⁸ Prefácio à Ricardo Arnt e Stephan Schartzman, Cit., p. 16.

⁹ Os limites do conceito de "pleno emprego" não dizem respeito ao fato de ser uma daquelas "idéias for a do lugar" das quais falava o Roberto Schwartz, mas de ser um keynesianismo "fora da época" !

aponta unanimemente para a amplificação desse fenômeno: a exclusão estaria aumentando sistematicamente, como consequência das políticas neoliberais. A fenomenologia disso estaria no aumento do desemprego estrutural: "(...) *os capitalistas viraram a mesa e inventaram o desemprego estrutural e sua legião de supostos excluídos*".¹⁰ Trata-se de uma constatação tão justa quanto inadequada. Ao contrário, podemos dizer o seguinte: temos a impressão que a exclusão aumenta exatamente porque, na realidade, ela está desaparecendo. Sabemos que o termo de "exclusão" é ambíguo, pois na realidade ele se refere ao que Marx chamava de processo de proletarização: a exclusão (ou seja a alienação da propriedade dos meios de produção) é o primeiro momento da inclusão: ou seja da transformação dos camponeses, dos servos, dos artesões e dos escravos libertos em proletários que não tem outra alternativa que a de encontrar um trabalho assalariado: vender parte de seu tempo "livre" contra um salário. Nesse sentido, a exclusão é apenas um momento da inclusão entendida como "subordinação" do trabalho ao capital. Por que, pois, lamenta-se o aumento da exclusão? Por três razões. A primeira é de ordem moral e é o fato da própria civilização ocidental, com sua glorificação do trabalho. A segunda, de tipo geral (e na realidade apropriada apenas nas economias centrais), se encontra no fato de que, no fordismo, a inclusão no emprego assalariado se constituía na base de um certo nível de integração social e/ou cidadã¹¹. A terceira é própria das problemáticas brasileiras do desenvolvimentismo, porque pensava-se que a conquista da cidadania para as grandes massas marginais - como as definiu José Nun¹² - do Brasil (e da América Latina mais em geral) só poderiam ser alcançada por meio de uma alavanca econômica: quer dizer, com base em um desenvolvimento de tipo keynesiano (ou "fordista") e, pois, com o pleno emprego e sobretudo "pleno emprego industrial". Disso deriva a ênfase no debate sobre as taxas de crescimento, pois delas acaba dependendo a suposta "inclusão". Ora, no capitalismo contemporâneo, tudo isso não funciona mais. Não funciona mais exatamente porque o capitalismo das redes se define exatamente por estar assentado em uma tecnologia de poder que inclui os excluídos enquanto tais, mantendo-os "excluídos": coloca-se um telefone celular no bolso de todo

¹⁰ Paulo Arantes, "O que é ser de esquerda", *Revista Caros Amigos*, n. 121, abril de 2007, São Paulo, p. 28.

¹¹ Veja-se Giuseppe Cocco, *Trabalho e Cidadania*, Cortez, São Paulo, 2000.

¹² Vide A. Negri e G. Cocco, cit., p. Patrícia Daros

o mundo, mas todo o mundo continuando a ser trabalhador informal, camelô, favelado etc.

Pensar as questões do desenvolvimento da Amazônia implica, pois, apreender o que essas mudanças (que nós estilizamos em três específicos momentos) significam na e para essa região. Em um primeiro momento, podemos pensar que essas transformações determinam um aprofundamento das dificuldades políticas e sociais para que a Amazônia possa entrar em um ciclo de desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, podemos ver para além dessa percepção negativa, no sentido proposto pelo antropólogo Viveiros de Castro quando ele sublinha: *"sempre disseram que o Brasil era o País do futuro. Coisa nenhuma, o futuro é que virou Brasil. (...). Para o bem e para o mal, agora tudo é Brasil"*¹³. E, se o mundo virou Brasil, continua Viveiros de Castro, *"a Amazônia hoje é o epicentro do planeta. Do Brasil, certamente que é. (...) O Brasil se amazonizou"*¹⁴. Realizou-se a previsão de Euclides da Cunha, que previa que *"(na Amazônia) mais cedo ou mais tarde, se há de concentrar a civilização do globo"*¹⁵.

¹³ Entrevista publicada na Revista *Azougue*, n.11, Janeiro de 2007. Programa Pensamento & Cultura do MinC. p. 11. Com efeito, Viveiros de Castro relata uma reunião "amigos". Trata-se de uma discussão entre cerca de 30m intelectuais promovida pelo MinC em 2006 - na Casa Rui Barbosa - sobre política cultural. Diante das múltiplas intervenções sobre a necessidade de um projeto de nação e de uma política de Estado da defesa da necessidade de que tudo isso se atrelasse a políticas econômicas capazes de proporcionar o "pleno emprego", tivemos a ocasião de afirmar que esse era algo que nunca mais iria se realizar, que o trabalho era algo de cada vez mais informal e precário no mundo todo. Foi nessa ocasião que Eduardo explicitou, depois de uma crítica à tentações de construção de uma "identidade nacional", o fato de que o Brasil desde sempre conhece informalidade e precariedade, que o mundo tem se tornado Brasil.

¹⁴ Ibid. p. 13.

¹⁵ "Entre o Madeira e o Javari", in: *Contrastes e confrontos*, 1904, Obra completa, Vol. 1, Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, p.166. Apud Ricardo A. Arnt e Stephan Schwartzman, *Um Artifício Orgânico: Transição na Amazônia e Ambientalismo*, Rocco, Rio de Janeiro, 1992, p. 31.